



Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

ISSN: 1807-0191

Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas

Borges, André; Vidigal, Robert

Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras

Opinião Pública, vol. 24, núm. 1, 2018, Janeiro-Abril, pp. 53-89

Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas

DOI: 10.1590/1807-0191201824153

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32958319003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Do lulismo ao antipetismo?

Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras

André Borges

Robert Vidigal

Introdução¹

O debate recente sobre identificação partidária e voto no Brasil vem apontando para a crescente importância do posicionamento dos eleitores com respeito aos principais partidos presidenciais – PT e PSDB – na escolha dos candidatos à presidência. Desde 1994, tais partidos constituem os dois polos da disputa, alternando-se à frente do Poder Executivo. Várias pesquisas recentes sugerem que a disputa presidencial contribui para estruturar e conferir inteligibilidade ao sistema partidário, uma vez que todos os demais partidos, com poucas exceções, tendem a gravitar em torno dos projetos presidenciais capitaneados por PT e PSDB (Braga e Pimentel Jr., 2011; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012).

Os argumentos e evidências presentes na literatura nacional tendem a convergir com a literatura sobre o desenvolvimento do sistema partidário nos EUA, a qual aponta para a importância da disputa presidencial e das macropolíticas econômicas e sociais implementadas pelos presidentes para a construção de partidos genuinamente nacionais, capazes de dividir as preferências do eleitorado (Key, 1955; Milkis e Rhodes, 2007; Schattschneider, 1960; Sundquist, 2011). De fato, alguns estudos sobre identificação partidária no Brasil demonstram que uma parcela pequena, embora não desprezível, dos eleitores consegue se posicionar de forma razoavelmente consistente perante os dois principais partidos na disputa presidencial (Braga e Pimentel Jr., 2011; Samuels e Zucco, 2014).

Nos últimos anos, desenvolveu-se uma ampla gama de pesquisas com o intuito de investigar os determinantes da decisão do voto nas eleições presidenciais (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, 2016; Batista, 2014; Speck e Balbachovsky, 2016). As evidências empíricas demonstram que a identificação partidária é fator de peso nas escolhas dos

¹ Agradecemos a Mathieu Turgeon, Wladimir Gramacho e Maria do Socorro Braga por seus comentários e sugestões à versão anterior do artigo apresentada no 10º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política em setembro de 2016. Também somos gratos aos três pareceristas anônimos da revista *Opinião Pública*, cujas revisões rigorosas e detalhadas contribuíram em muito para a revisão do manuscrito. Quaisquer erros ou omissões remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

eleitores, embora ainda não haja consenso sobre a forma mais adequada de mensuração do vínculo entre eleitores e partidos (Braga e Pimentel Jr., 2011; Cabello e Rennó, 2010; Carreirão e Barbeta, 2004; Peixoto e Rennó, 2011; Rennó, 2007).

Neste artigo, procura-se contribuir com a literatura de polarização colocando em questionamento alguns diagnósticos relativos à consolidação do sistema partidário presidencial. Em particular, apontamos para a fragilidade metodológica e teórica de análises que enxergam a polarização PT-PSDB como reflexo de uma crescente divisão do eleitorado em dois blocos claramente diferenciados e polarizados. Para tal, propomos uma nova medida com o intuito de estimar a força ou a intensidade dos sentimentos partidários ante o PT e o PSDB.

Pretende-se responder a três questões centrais. Em primeiro lugar, verificamos se e em que medida os eleitores brasileiros se encontram separados segundo a divisão bipolar predominante na disputa presidencial e se essa divisão se mantém ou se altera ao longo do tempo. Em particular, buscamos avaliar empiricamente a hipótese que vem sendo levantada na literatura no que diz respeito ao fortalecimento dos sentimentos partidários em relação ao PT e ao PSDB. Em segundo lugar, avaliamos em que medida é possível dizer que teria ocorrido ao longo dos últimos anos um processo de polarização partidária vinculado à competição presidencial entre PT e PSDB, conforme sugerido por Couto (2014) e Reis (2014). E em terceiro lugar, analisamos o impacto das simpatias partidárias sobre o voto presidencial nas eleições de 2002 a 2014. Nessa análise buscamos entender o comportamento não apenas dos eleitores que se posicionam claramente perante os principais partidos presidenciais, como em pesquisas anteriores (Carreirão, 2007; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016), mas também daqueles que demonstram indiferença ante a bipolaridade da disputa.

O artigo procura responder a essas questões recorrendo aos *surveys* do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) realizados nos anos de 2002 a 2014. Para verificar em que medida teria havido um aumento das simpatias partidárias em relação ao PT e ao PSDB, desenvolvemos uma escala de partidarismo através de uma questão do Eseb que permite ao eleitor atribuir a intensidade da sua simpatia ou antipatia por esses dois partidos. Consideramos não apenas os sentimentos dos eleitores com respeito ao partido da sua preferência, mas também em relação ao seu principal partido adversário na eleição presidencial. Ao explorar a questão do partidarismo de massa e a polarização partidária entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Brasil contemporâneo, este artigo baseia-se nas pesquisas existentes e contribui para debates em andamento.

Propomos uma medida de polarização a partir dos sentimentos partidários ("gostar" ou "não gostar"). De acordo com a teoria de grupos, uma medida mais apropriada de polarização deve considerar os sentimentos negativos e positivos dos eleitores pelos supostos partidos "polarizadores", portanto, as identidades partidárias devem ser tomadas

como relacionais. Porém, as pesquisas sobre o caso brasileiro têm utilizado os sentimentos partidários negativos ou positivos em relação aos dois principais partidos (PT e PSDB) de forma isolada e não relacional. Exemplos recentes incluem o estudo de Braga e Pimentel Jr. (2011), que analisa o efeito dos sentimentos positivos em relação ao PT e ao PSDB sobre o voto presidencial, e Paiva, Krause e Lameirão (2016), cuja pesquisa enfoca os sentimentos partidários negativos, especialmente com respeito ao PT.

O presente artigo representa um avanço ante contribuições anteriores na medida em que trata os sentimentos partidários de maneira relacional, combinando sentimentos positivos e negativos a partir das teorias de relações intergrupais. Além disso, o artigo também se diferencia das (poucas) pesquisas que buscaram entender a identificação partidária de forma relacional, a exemplo de Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), Carreirão (2007) e Samuels e Zucco (2018), uma vez que o foco não é a identificação partidária negativa, mas sim a polarização de massa. De fato, o tema da polarização ainda não foi objeto de estudos mais sistemáticos na ciência política brasileira; o nosso artigo se propõe exatamente a preencher essa lacuna.

Do ponto de vista metodológico, a medida que desenvolvemos para avaliar a tese da polarização dos eleitores brasileiros contribui para gerar melhorias na operacionalização de um conceito-chave no comportamento eleitoral. O Brasil é foco, não por causa do interesse na política desse país em si, mas porque oferece um contexto desafiador para pensar como se deve implementar o conceito de polarização. E, nesse caso, ainda se considera a necessidade de analisar os eleitores que não se posicionam em relação a nenhum dos dois grandes partidos.

A partir das categorias construídas por meio dessa escala, verificamos, de um lado, o grau de vinculação entre o posicionamento partidário e, de outro, as opiniões dos eleitores sobre temas políticos e posicionamento ideológico. Dessa forma, buscamos avaliar empiricamente a hipótese da polarização. Por fim, recorreremos a uma série de modelos multinomiais *logit* para a escolha dos eleitores no primeiro turno das eleições presidenciais, com o intuito de mensurar a importância relativa dos sentimentos partidários como fator explicativo do voto.

Os resultados empíricos demonstram que, não obstante a crescente importância dos sentimentos partidários na determinação do comportamento dos eleitores no pleito presidencial, não há evidências de que tal movimento estaria associado a um aumento da polarização. Pelo contrário, observamos que as diferenças ideológicas e de opinião entre petistas e tucanos são de pequena monta e, também, nota-se ao longo do tempo crescente convergência ideológica entre os vários segmentos do eleitorado. Além disso, os eleitores indiferentes que não distinguem claramente o PT e o PSDB constituem o segmento numericamente mais importante do eleitorado e, portanto, de maior relevo para as estratégias partidárias, situação essa que se manteve inalterada no período em análise.

Identificação partidária, polarização e escolhas eleitorais

A natureza e as origens da identificação partidária têm sido debatidas por décadas. Tradicionalmente, as pesquisas sobre a natureza dessa identificação têm se baseado em duas escolas principais de pensamento. De acordo com uma primeira perspectiva, a identificação partidária seria a conexão psicológica a um partido político devido a processos de socialização na infância (Campbell et al., 1960). Seu núcleo é a ideia de que a identificação partidária é definida como um sentimento de apego pessoal, afetivo, a um partido político baseado em sentimentos de proximidade com os grupos sociais vinculados às partes (Campbell et al., 1960; Green, Palmquist e Schickler, 2002).

Para uma segunda perspectiva, a identificação partidária é determinada por avaliações sobre temas políticos importantes (*issues*), eventos e personalidades atuais. Essa perspectiva está enraizada no modelo de Downs (1957) de identificação partidária como uma heurística que captura eficientemente a correspondência entre as plataformas do partido e as preferências políticas do indivíduo. À medida que as pessoas adquirem informações adicionais e formam novas atitudes políticas, a identificação partidária se desloca em um processo de atualização bayesiana (Achen, 1992).

Nas novas democracias, como o Brasil, entretanto, os partidos políticos são um fenômeno relativamente novo, e, como tal, o partidarismo teve menos tempo para se desenvolver e consolidar posições políticas, fornecendo informações consistentes aos eleitores (Fiorina, 1981). Isso quer dizer que muitos cidadãos só podem aprender sobre os partidos políticos e desenvolver simpatias partidárias a partir do comportamento dos políticos e dos acontecimentos políticos (Samuels e Zucco, 2014).

Grupos, identificação e competição intergrupos

O comportamento social e político está diretamente relacionado ao comportamento de grupos. A tendência de se juntarem com outros é talvez a característica mais importante dos seres humanos (Brewer, 2010). Teorias de relações intergrupais fornecem uma poderosa ferramenta para estudar a identificação partidária. Com base nos critérios mais triviais para a diferenciação (por exemplo, jogar uma moeda), as pessoas formam fortes predisposições intragrupo (Nicholson, 2012). O desejo de diferenciar-se de um grupo externo pode até mesmo motivar os indivíduos a alterar os traços de personalidade (*self-stereotyping*) na direção oposta à do exogrupo (Nicholson, 2012).

A percepção de "identificação de grupo" é a tendência dos indivíduos a perceber a si mesmos e seus grupos como entrelaçados, compartilhando qualidades e falhas comuns, sucessos e fracassos, e destinos comuns (Tajfel, 1981). A identificação do grupo é a percepção cognitiva de unidade e laços afetivos significantes com o grupo (Tajfel, 1974). Assim, para alcançar o estágio de "identificação de grupo", são necessários dois

componentes. Primeiro, um componente cognitivo, no sentido de consciência da adesão (percepção de pertencimento); e segundo, um componente afetivo avaliador (positivo ou negativo) (Brewer, 2010; Huddy, 2001).

O grau de identificação depende crucialmente da ideia de “ajuste comparativo” (*comparative fit*), o conceito sugere que os indivíduos se classificam em grupos não apenas quando eles acham que se assemelham, ou se ajustam, àquele grupo, mas também quando eles acreditam que seu grupo difere de outros (Lupu, 2013). Quanto mais a participação no grupo maximiza as semelhanças entre os indivíduos membros do grupo, bem como as diferenças com os membros de fora, maior é a probabilidade de um indivíduo se identificar com o endogrupo (Lupu, 2013).

As identidades sociais são construídas não apenas pela afinidade do endogrupo, mas também sobre as diferenças dos exogrupos (Lupu, 2013). E com partidos políticos não é diferente. Ambos os vieses intergrupais de endo e exogrupos estão enraizados no comportamento humano e ajudam a delinear e manter os limites entre as bases de apoio dos partidos (Lupu, 2013; Nicholson, 2012; Rose e Mishler, 1998; Medeiros e Noë, 2014).

Partidarismo e polarização de massa

Identificação partidária é claramente um tipo de identidade social, uma vez que as pessoas facilmente categorizam-se em grupos a partir da mais trivial das diferenças. A força dos sentimentos partidários, por sua vez, pode estar relacionada à existência ou não de divisões ideológicas relevantes tanto no nível das elites quanto no das massas.

A identificação partidária é uma parcela pequena da autoconcepção individual típica. A raça, o sexo, a religião, a região ou a classe social chegam imediatamente à mente dos indivíduos como identidades sociais fundamentais; os partidos políticos não (Green, Palmquist e Schickler, 2002). Na América Latina, Lupu (2014) identificou em diversos casos o enfraquecimento das clivagens partidárias, isto é, diluição das identidades partidárias quando os principais partidos convergem nas suas posições ou adotam políticas inconsistentes com as suas agendas tradicionais. O resultado disso é que os eleitores perdem a capacidade de diferenciar os partidos, o que, por sua vez, leva a uma redução na intensidade e na amplitude da identificação partidária no eleitorado. Por outro lado, na presença de candidatos ideologicamente extremos os eleitores têm maiores incentivos não apenas para concordar com seu próprio grupo, mas também para discordar do grupo adversário (Nicholson, 2012).

O que se pode concluir é que a estrutura da competição política afeta a força e a estabilidade das preferências partidárias. Quando a competição é polarizada e os partidos defendem posições claramente distintas entre si, aumenta a probabilidade de os eleitores conseguirem se identificar, se posicionar e desenvolver preferências claras em relação às agremiações políticas.

Nesse sentido, há boas razões teóricas para operacionalizar a identificação partidária como uma medida composta que inclui não apenas os sentimentos partidários positivos (identificação com o endogrupo), mas também os sentimentos partidários negativos (rejeição ao exogrupo). Como notam Rose e Mishler (1998), os eleitores com identidades partidárias mais intensas são aqueles que adotam uma postura do tipo “nós contra eles”, apresentando uma identificação positiva com a legenda de sua preferência, e uma identificação negativa com uma ou mais legendas adversárias. Na mesma linha, Samuels e Zucco (2018) distinguem entre os partidários fortes (*hard-core partisans*) e os partidários positivos, que apresentam simpatia por um partido, mas, no entanto, não rejeitam claramente nenhuma outra legenda.

A polarização do eleitorado (polarização de massas) é um fenômeno que tende a estar associado a identidades partidárias intensas, do tipo “nós contra eles”, e também a grandes diferenças de opinião e ideologia entre os eleitores identificados com cada um dos partidos. Em particular, a polarização está associada a sentimentos partidários negativos, uma vez que eleitores de direita (esquerda) acabam por rejeitar claramente as legendas de esquerda (direita) (Medeiros e Noël, 2014). Medir a polarização é claramente um desafio, pois diferentes formas são usadas para medir o conceito, o que, muitas vezes, resulta em conclusões divergentes (Fiorina, 1981). Na literatura de opinião pública, diversas estratégias de mensuração já foram empregadas: exame das correlações entre a identificação partidária e a ideologia; exame da diferença de médias entre os grupos ou comparação da proporção total de respondentes que pertencem a cada categoria de uma escala; análise do desvio-padrão das pontuações combinadas de escalas de ideologia; etc.

Mas o que vem a ser exatamente polarização de massa? As definições e medidas empíricas de polarização do público de massa variam, mas a maioria das definições está relacionada a dois conceitos (Hill e Tausanovitch, 2015). Primeiro, a polarização é divergência quanto a ideologia política entre os membros do público. Por exemplo, se mais membros do público estão nas extremidades ou se menos membros do público ocupam o meio de distribuição, o público está mais polarizado². Segundo, a polarização aumenta a separação de grupos claramente definidos, por exemplo, nos EUA os democratas tornam-se mais liberais e os republicanos, mais conservadores (Hill e Tausanovitch, 2015). Em um eleitorado polarizado, a população está concentrada em torno de alguns pontos da distribuição, especialmente nos dois extremos desta (Fiorina e Abrams, 2008).

Em suma, (i) a polarização é uma questão de grupos que envolve dois ou mais grupos; (ii) a polarização aumenta quando a “dispersão dentro do grupo” é reduzida; e (iii) a polarização aumenta quando a distância entre os grupos cresce (Fiorina e Abrams, 2008). Ainda que identificação partidária e polarização do eleitorado sejam fenômenos distintos, em determinadas condições o aumento da polarização tende a favorecer o

² Distribuições dispersas de opinião não significam necessariamente polarização.

fortalecimento das identidades partidárias. Em especial, quando o processo de polarização partidária aumenta a diferenciação dos partidos no eleitorado, devemos obter como resultado preferências partidárias mais intensas do público. Um conceito unidimensional de identificação partidária como o de Downs (1957)³ não reflete com precisão as atitudes partidárias subjacentes do eleitorado (Alvarez, 1990). Os processos intergrupais de polarização não são unidirecionais; em vez disso, quando entidades (indivíduos, equipes, nações) respondem umas às outras, essas respostas são recíprocas. Assim, a mensuração da identificação partidária deve levar em conta sentimentos partidários tanto positivos quanto negativos.

Identificação partidária, eleições presidenciais e voto no Brasil

Desde a primeira eleição presidencial realizada em 1989, as taxas agregadas de identificação partidária no Brasil vêm oscilando em torno de 40%-50%. Porém, a partir de 2014 nota-se uma queda substancial do percentual de eleitores que se identificam com algum partido para cerca de 30% do total⁴. Quando se analisa a evolução da identificação partidária para as maiores legendas, o Partido dos Trabalhadores experimentou o maior crescimento, saltando de cerca de 8% das preferências em 1989 para 19% em 2002, e chegando a um pico de 25% em 2012.

Muito embora as taxas de identificação partidária verificadas no Brasil em meados dos anos 2000 fossem semelhantes ou um pouco superiores àquelas observadas em outras democracias jovens da América Latina e do Leste Europeu (Braga e Pimentel Jr., 2011), o único partido com taxas superiores a 10% do eleitorado era o PT. Em boa medida, o bem-sucedido esforço realizado por essa legenda na construção de uma organização de massa, dotada de ideologia e programa coerente, é fator explicativo relevante da manutenção das taxas agregadas de preferência partidária não obstante a queda, ou ausência de crescimento, das taxas de preferências dos demais partidos (Carreirão e Kinzo, 2004; Samuels, 2008). Não por acaso, a pronunciada redução da identificação partidária agregada a partir de 2014 está diretamente relacionada à queda no número de eleitores identificados com o PT (Samuels e Zucco, 2018).

Estudo de Kinzo (2005, p. 76) sobre os determinantes da identificação partidária no Brasil demonstrou que eleitores com alta escolaridade e alto nível de conhecimento político têm maior probabilidade de expressar preferência por um partido. A razão para isso estaria na complexidade e na baixa inteligibilidade do jogo eleitoral no Brasil. A elevada fragmentação e a falta de nitidez do sistema partidário em razão da formação de coalizões

³ Anthony Downs (1957) introduziu um dos primeiros conceitos de polarização através de uma modelagem espacial de sistemas partidários, em que os partidos políticos (e os eleitores) estão alinhados ao longo de um *continuum* entre esquerda e direita.

⁴ Utilizamos aqui a série temporal de médias anuais de identificação partidária construída por Samuels e Zucco (2018) a partir das pesquisas de opinião realizadas pelo Datafolha.

pré e pós-eleitorais tornam mais difícil a diferenciação dos partidos, exigindo uma predisposição para obter informação política, que está ausente na maioria do eleitorado (Kinzo, 2005).

Não obstante os efeitos deletérios do sistema eleitoral de lista aberta e das coligações proporcionais sobre a inteligibilidade do processo político-partidário, há razoável consenso na literatura de que a eleição presidencial vem funcionando como âncora do sistema, conferindo estrutura e estabilidade ao sistema de partidos (Braga e Pimentel Jr., 2011; Limongi e Cortez, 2010; Limongi e Guarnieri, 2014; Melo e Câmara, 2012; Samuels e Zucco, 2014). O fato de que todas as eleições presidenciais desde 1994 vêm sendo polarizadas pelos mesmos partidos – PT e PSDB – aponta no sentido da simplificação e da racionalização do quadro partidário (Limongi e Cortez, 2010). Por outro lado, a disputa presidencial não foi capaz de conferir estabilidade e previsibilidade ao processo de formação de coligações eleitorais e coalizões de governo, o que se reflete na frequente incongruência entre as alianças eleitorais nacionais e estaduais e a alta heterogeneidade ideológica das coalizões governativas (Borges e Lloyd, 2016; Carreirão, 2014).

Samuels e Zucco (2014) demonstram que, apesar de os níveis agregados de identificação partidária serem comparativamente baixos, o partidarismo tem efeitos relevantes, ao menos para o PT e o PSDB. Usando métodos experimentais, os autores demonstram que a exposição à informação sobre as posições dos dois partidos afeta as atitudes de petistas e tucanos. Isso quer dizer que a competição partidária entre PT e PSDB é suficientemente estruturada para permitir que os eleitores partidários consigam se posicionar adequadamente ante os *issues* e as políticas públicas relevantes (Samuels e Zucco, 2014, p. 11).

Além da estabilidade da competição pela presidência, outra dimensão abordada na literatura sobre eleições presidenciais e identificação partidária diz respeito à vinculação entre as macropolíticas econômicas e sociais implantadas pelos partidos à frente do poder nacional e seus impactos diferenciais sobre os distintos estratos sociais e, em consequência, sobre as preferências políticas. Essa vertente analítica parece se inspirar nos estudos sobre eleições críticas e realinhamentos eleitorais nos EUA (Schattschneider, 1960; Sundquist, 2011).

A aplicação dessa teoria, ainda que nem sempre de forma explícita ou metodologicamente rigorosa, está presente nos trabalhos de Singer (2009, 2012) sobre a emergência do “lulismo”. O ponto de partida de Singer é a decisão do PT, na eleição de 2002, de se mover rumo ao centro do espectro político, abraçando a ortodoxia econômica e deixando de lado a coerência ideológica em favor de alianças pragmáticas com partidos mais conservadores. Ao longo dos dois mandatos presidenciais de Lula (2003-2010), os governos do PT teriam construído um novo consenso social, combinando políticas econômicas ortodoxas e redistribuição de renda. Esse “redistributivismo conservador” seria o substrato da identificação do eleitorado pobre com a figura de Lula, permitindo a este

angariar o apoio de uma base social muito mais ampla e heterogênea do que aquela tradicionalmente associada ao PT.

A formulação original de Singer foi objeto de muitas críticas, especialmente no que concerne à ausência de evidências em favor da tese do descolamento entre “lulismo” e “petismo”. Ao contrário, os estudos empíricos mostram que a liderança de Lula ajudou a fortalecer a identificação com o PT entre os novos eleitores do partido. Além disso, a avaliação pessoal de Lula está fortemente vinculada à identificação partidária, ou seja, quanto mais um eleitor gosta de Lula, maior a probabilidade de ele também se identificar com o PT e vice-versa (Baker et al., 2016; Cabello e Rennó, 2010). Apesar dessas limitações, entretanto, a tese do “lulismo” encontra respaldo parcial em diversos outros estudos que identificam na eleição de 2006 um processo de realinhamento eleitoral. Naquele ano, pela primeira vez desde 1989, a votação de Lula na eleição presidencial apareceu negativamente associada a variáveis como renda, escolaridade, urbanização e desenvolvimento humano. Para muitos analistas, políticas sociais como o Bolsa Família teriam permitido ao presidente Lula adicionar à base social original do PT – setores organizados do mundo do trabalho, funcionalismo público, movimentos sociais e intelectualidade – estratos sociais marginalizados que até então não apresentavam identidade com o partido (Holzhacker e Balbachevsky, 2007; Hunter e Power, 2007; Samuels, 2008; Zucco, 2008).

Diversas pesquisas sobre geografia do voto mostraram essa transformação em termos da rápida e crescente interiorização do apoio eleitoral ao PT. Nas regiões Norte e Nordeste, onde o partido concentrava suas votações nas capitais e grandes cidades até 2002 (Limongi e Guarnieri, 2014), o processo de interiorização veio acompanhado de desempenhos acima da média dos candidatos presidenciais do partido em todas as eleições realizadas entre 2006 e 2014. Por sua vez, o PSDB perdeu espaço no Nordeste, passando a obter suas maiores votações nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Nicolau, 2014; Soares e Terron, 2008; Vale, 2015).

Para Reis (2014), as transformações dos padrões de votação do PT e do PSDB seriam evidência de uma crescente polarização partidária no eleitorado. Para ele, as estratégias agressivas de campanha adotadas por PT e PSDB em 2014, bem como a disputa extremamente apertada no 2º turno, com vitória da candidata governista por pequena margem de votos, seriam nada mais do que a coroação de um paulatino processo de estruturação da competição à presidência em torno de clivagens de classe. Na mesma linha de análise, alguns pesquisadores enxergam o surgimento de um ativismo político de direita. Para Couto (2014), a redistribuição realizada pelos governos do PT em favor dos mais pobres teria gerado, a um só tempo, maior identificação entre as classes desfavorecidas e o partido, e uma perda de apoio entre as classes médias. Para este último autor, o antipetismo estaria associado ao ressurgimento de uma direita autoritária e extremista, revelada nas manifestações de junho de 2013.

De modo geral, a literatura recente sobre identificação partidária e eleições presidenciais no Brasil parece apontar para duas tendências convergentes do ponto de vista da organização dos partidos no eleitorado. De um lado, um fortalecimento dos sentimentos partidários associados aos dois principais partidos que competem pela presidência. Esse processo se caracterizaria, em alguma medida, pela "internalização" da bipolaridade PT-PSDB pelos eleitores. Por outro lado, a literatura aponta para um processo de polarização partidária do eleitorado, motivado em parte por uma reação dos setores médios da sociedade contra as políticas públicas redistributivas levadas a cabo pelo PT. Ou seja, cada vez mais as divisões partidárias estariam associadas às divisões sociais, de modo que os eleitores identificados com o PT (ou o PSDB) seriam cada vez mais semelhantes entre si, e cada vez mais diferentes daqueles identificados com o PSDB (ou o PT).

A partir dessa discussão, podemos extrair duas hipóteses da literatura:

H1: Ao longo do tempo, devemos observar um incremento do escopo e da intensidade dos sentimentos partidários em relação aos principais partidos presidenciais. Em especial, esperamos que haja um crescimento da proporção de eleitores que diferenciam claramente o PT e o PSDB, manifestando sentimentos positivos com respeito ao partido da sua preferência e negativos com respeito ao partido adversário.

H2: Também esperamos que tenha havido um aumento do grau de diferenciação das atitudes dos eleitores que simpatizam mais fortemente com PT e PSDB entre 2002 e 2014. Ou seja, devemos observar um crescimento da polarização partidária do eleitorado no período.

Se H1 e H2 forem corretas, devemos esperar também um maior impacto dos sentimentos partidários sobre o voto. De forma similar ao observado pela literatura norte-americana nas últimas décadas (Bartels, 2000), a crescente diferenciação dos partidos entre o eleitorado se associaria inevitavelmente à maior força do partidarismo, com a redução do peso dos eleitores independentes ou indiferentes em relação aos partidos.

No caso brasileiro, em que o sistema de eleição em dois turnos favorece a entrada de terceiros candidatos na disputa presidencial, a redução do peso dos eleitores indiferentes poderia ter como resultado o paulatino esvaziamento da viabilidade eleitoral de forças alternativas ao PT e ao PSDB. Se for verdade que se ampliou o número de eleitores que simpatizam com um desses dois partidos, então restaria às demais forças políticas disputar o voto de um segmento decrescente e altamente volátil de eleitores não partidários. Em termos mais específicos, esse raciocínio nos leva a crer que o aumento da intensidade dos sentimentos partidários pelo PT e pelo PSDB, conforme a hipótese 1, deve estar associado a uma crescente diferenciação do comportamento de petistas e peessedebistas ante os eleitores não identificados e/ou indiferentes aos partidos. Isto é, a probabilidade do voto em terceiros candidatos deve ser muito mais alta entre os

indiferentes *vis-à-vis* os identificados. A partir dessa discussão, podemos extrair a nossa terceira e última hipótese:

H3: Esperamos observar ao longo do período 2002-2014 um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos entre simpatizantes do PT e do PSDB em relação aos eleitores não identificados.

Uma proposta de classificação dos eleitores: partidários, moderados e indiferentes

Uma vez que nenhuma das teorias clássicas pode explicar a questão da identificação partidária nas novas democracias (Samuels e Zucco, 2014), nossa medida é baseada na discussão da teoria de grupos da psicologia social e nas definições de polarização e partidarismo aqui adotadas. Empregamos uma medida de identificação partidária que incorpora no grupo tanto as percepções de endogrupo como as de exogrupo. Essa operacionalização capta não só as diferenças intergrupo (ou distâncias), mas também a coesão intragrupo. Assim, a intensidade dos sentimentos partidários é uma função da distância dos sentimentos intergrupo, da homogeneidade do grupo e do tamanho dos grupos. Utilizamos nessa operacionalização a questão do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) que solicita ao respondente que se posicione numa escala de simpatia pelo partido, sendo a posição “Não gosta nem um pouco” igual a 0 e a posição “Gosta muito” igual a 10. A mesma questão está presente em todos os Esebs realizados entre 2002 e 2014, o que permite a comparação intertemporal.

Para construir a escala de sentimentos partidários, calculamos a diferença entre os escores atribuídos ao PT e ao PSDB pelo eleitor. A escala consegue, assim, o seu valor máximo quando a distância entre PT e PSDB está nos extremos, com o indivíduo gostando muito de um partido e não gostando do outro, o que chamamos de eleitor “petista puro” ou “tucano puro”. Classificamos como partidários puros todos os casos em que a distância foi maior que 6 para os petistas e menor que -6 para os tucanos. Cumpre observar que essa operacionalização garante que o eleitor tenha atribuído o escore máximo de 3 ao partido adversário àquele de sua preferência (sendo 10 o escore do partido preferido) e mínimo de 7 para o seu partido de preferência (sendo zero o escore do outro partido). Ou seja, a diferença mínima estabelecida para os escores permite separar claramente eleitores que posicionam PT e PSDB em pontos distantes do meio da escala e distantes entre si.

Os eleitores ditos “moderados” atingem valor 1 se as diferenças de gosto entre os partidos são mais modestas, em torno do meio da escala, e valores absolutos entre 4 e 6. Conforme essa operacionalização, o eleitor que atribuiu valor 0 a um dos partidos terá que ter atribuído ao menos valor 4 ao outro. Caso o respondente tenha atribuído valor 10 ao seu partido preferido, o escore do partido adversário deverá ser no máximo 6 e no mínimo 4. Dessa forma, incluímos casos que combinam alta rejeição ao PT (ou PSDB) e gosto

apenas moderado pelo PSDB (PT). Ou, alternativamente, forte simpatia pelo PT (ou PSDB) e gosto ou rejeição moderada, próximo ao meio da escala, pelo PSDB (ou PT).

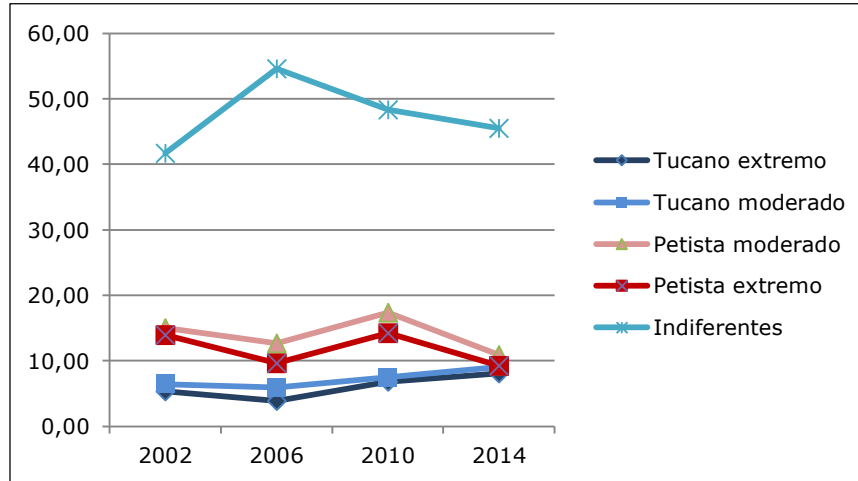
Os demais eleitores foram classificados como indiferentes. Cabe notar, porém, que respostas como “Não sabe”, “Não respondeu”, “Não conhece” foram codificadas como *missing*, ou seja, decidimos não codificar os eleitores desinformados ou os que não sabem se posicionar como indiferentes. Felizmente, o percentual de eleitores que conseguem se posicionar ante os dois partidos é elevado em todas as eleições analisadas, ultrapassando sempre 80% do total.

Uma vez calculados os escores para cada respondente em 2002, 2006, 2010 e 2014, atribuímos os valores +2 para o “petista puro” e -2 para o “tucano puro”, +1 para “petista moderado” e -1 para o “tucano moderado” e 0 para o eleitor dito “indiferente”. Essa transformação é basicamente a escala anterior padrão de dez pontos, dobrada no meio, para formar uma escala de polarização partidária entre PT e PSDB, variando de 0 (indiferença) a 2 (partidário forte), limitando a força partidária a dois níveis (forte, não muito forte).

A estratégia de operacionalização que adotamos é similar àquela proposta por Samuels e Zucco (2018), que estabelece uma diferença entre os chamados partidários fortes e os partidários positivos. Enquanto os primeiros combinam identificação com o endogrupo e rejeição ao exogrupo, a segunda categoria inclui os eleitores que apresentam apenas sentimentos positivos em relação ao partido de sua preferência. Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) e Carreirão (2007) também desenvolveram escalas relacionais para os principais partidos na disputa presidencial, embora não discutam as teorias das relações intergrupais que embasam a operacionalização que adotamos. Ademais, apesar das similaridades com respeito aos indicadores já existentes, nossa escala inova ao introduzir a categoria de “partidários moderados”, estabelecendo uma conexão direta entre os sentimentos partidários positivos e negativos e a intensidade da identificação partidária. Por fim, e não menos importante, a escala serve como instrumento auxiliar para medir a polarização dos partidos no eleitorado, dimensão essa que está ausente nos trabalhos citados.

A Figura 1 apresenta a evolução da identificação partidária ao longo dos anos 2002, 2006, 2010 e 2014, diferenciando partidários do PT e do PSDB. Os resultados mostram que o percentual de eleitores que simpatizam com o PSDB cresceu no período, embora não tenha conseguido superar o PT em nenhum dos anos analisados. O PT teve uma queda considerável ao longo dos anos, passando de 28% (2002) para 19% (2014) os entrevistados classificados como partidários extremos e moderados.

Figura 1
Evolução da identificação partidária ao longo dos anos 2002, 2006, 2010 e 2014: indiferentes e partidários extremos e moderados do PT e do PSDB (%)

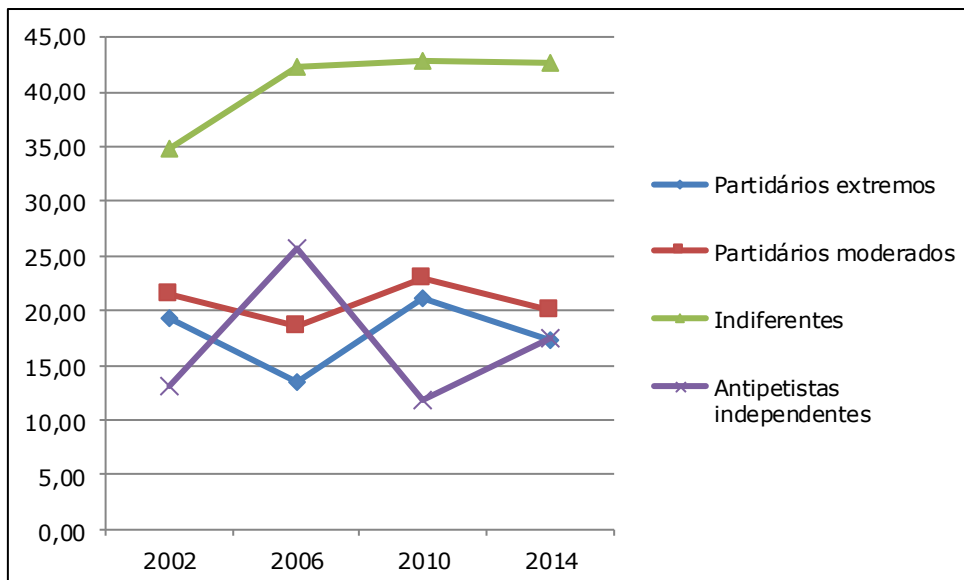


Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

Em paralelo à queda no percentual de petistas, observamos uma ampliação da proporção de eleitores que rejeitam o PT entre 2002 e 2014. O percentual de respondentes que afirmam não gostar do partido (valores de 0 a 3 na escala do Eseb) cresceu de 16% em 2002 para 34% em 2014. Parte desse grupo apresenta simpatia partidária pelo PSDB, o que certamente explica o crescimento da legenda nas preferências do eleitorado. Entretanto, a soma dos eleitores classificados como tucanos moderados e extremos em 2014 chegava a apenas 16,4% do total. Isso quer dizer que a outra metade do eleitorado antipetista não simpatiza com PSDB ou simplesmente não conhece ou não possui informação suficiente para avaliar o principal adversário do PT.

Considerando a relevância desse último grupo, que denominamos de "antipetistas independentes", fizemos uma alteração na nossa escala de sentimentos partidários para abarcar todos os eleitores antipetistas, incluindo aqueles que não souberam avaliar o PSDB. Nessa segunda operacionalização, os casos de "Não sabe"/"Não conhece" não incorporados na categoria "antipetista" foram colocados na categoria residual "indiferentes".

Figura 2
Composição do eleitorado, conforme a intensidade dos sentimentos
partidários por PT e PSDB (incluindo antipetistas independentes), 2002,
2006, 2010 e 2014 (%)



Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

Como se vê na Figura 2, o número de antipetistas independentes apresentou crescimento em 2006 e 2014, e queda em 2010, se tomarmos por base o ano de 2002. Em 2006, esse grupo chegou a representar 25% da amostra, percentual superior ao total de partidários extremos, em torno de 13,5% do total. Muito provavelmente, como já demonstrado por Baker et al. (2016), as flutuações no grau de simpatia/antipatia do eleitorado em relação ao PT respondem a avaliações conjunturais de eventos políticos – a exemplo do escândalo do Mensalão, que maculou a imagem do partido em 2005 – e do desempenho dos governos. Não parece ser coincidência que o crescimento do percentual de simpatizantes do PT em 2010 tenha se seguido a um período de relativa bonança econômica com Lula à frente do governo, ao passo que, em 2014, a conjunção entre o escândalo do Petrolão e a piora da economia brasileira tenha levado a um aumento do antipetismo.

Vale notar, porém, que em três das quatro eleições analisadas (2002, 2010 e 2014) o percentual de independentes dentro do grupo de eleitores que não gostam do PT oscilou entre 50% e 55% do total; apenas em 2006 o total de independentes ultrapassou 70% do total de eleitores antipetistas. Em resumo, os dados sugerem que o PSDB consegue mobilizar, em média, pouco menos da metade do eleitorado antipetista, o que explica por

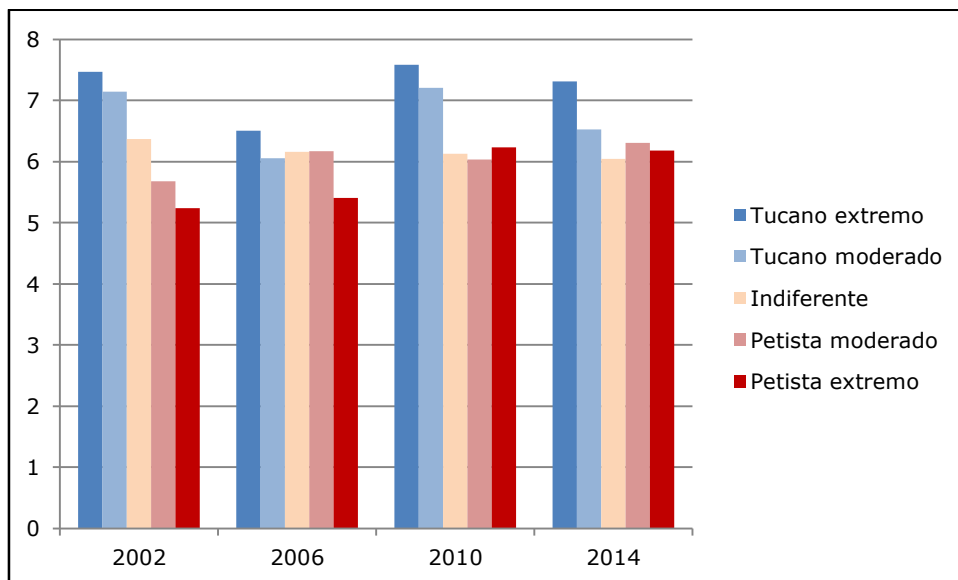
que a queda do PT em termos das preferências do eleitorado não resultou em crescimento análogo do maior e mais importante partido de oposição.

As evidências empíricas apresentadas até aqui não corroboram a hipótese 1 (H1), qual seja, que teria havido, ao longo do período em análise, um aumento do escopo e da intensidade dos sentimentos partidários com respeito ao PT e ao PSDB. Independentemente da operacionalização escolhida para as nossas medidas de simpatia partidária – excluindo ou incluindo os eleitores que não responderam às questões do Eseb, ou disseram não conhecer o PT ou o PSDB (ou ambos) –, o grupo dos eleitores indiferentes é o mais expressivo de todos, representando em torno de 40%-50% do total da amostra.

Não houve, no período, crescimento expressivo dos eleitores classificados como partidários, tendo ocorrido algumas pequenas oscilações entre os anos. Dentro do grupo de eleitores partidários, além disso, não houve aumento significativo do conjunto de eleitores com preferências mais intensas (tucanos e petistas extremos). O total de eleitores partidários extremos variou de um mínimo de 17% em 2014 a 21% em 2010. A seguir, realizamos uma série de análises descritivas e testes de diferença de médias para testar a hipótese 2 (H2). Novamente, essa hipótese afirma que teria ocorrido nos últimos anos um aumento da polarização partidária entre o eleitorado, atrelado à polarização da disputa presidencial.

Iniciamos a verificação empírica dessa assertiva checando em que medida as simpatias partidárias se correlacionam com as posições ideológicas dos eleitores. Para fins de comparação do posicionamento ideológico de cada um dos grupos presentes na nossa escala de partidarismo, calculamos as médias de autoposicionamento ideológico na escala do Eseb (0 para esquerda, 10 para direita) para os anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. A Figura 3 mostra a evolução das médias ao longo do tempo:

Figura 3
Evolução das médias de autoposicionamento ideológico na escala dos Esebs de 2002, 2006, 2010 e 2014 (0 para esquerda e 10 para direita)



Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

A Figura 3 mostra que as diferenças ideológicas entre petistas e tucanos extremos se reduziram ao longo do tempo, uma vez que o primeiro grupo se posicionou mais à direita, possivelmente em razão da maior moderação ideológica do PT após a chegada à presidência. Em 2002, a relação entre a escala de partidarismo e a de ideologia é quase linear, com as médias decrescendo sistematicamente à medida que passamos do tucano extremo para o petista extremo. Em 2014, essa relação já não é mais tão clara, o que mostra maior convergência ideológica entre os grupos.

É preciso notar, porém, que as médias de posicionamento ideológico são uma medida pouco confiável por conta da elevada taxa de não resposta. Um percentual muito elevado de respondentes, entre 40% e 60%, não soube se posicionar na escala ideológica. Para lidar com esse problema, utilizamos também as respostas a diversas questões sobre atitudes políticas presentes no Eseb sobre intervenção do Estado na economia, redistribuição de renda, gasto público e impostos, que permitem verificar em que medida os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB se diferenciam entre si em relação a *issues* políticos⁵. A vantagem de utilizar esse tipo de questão é que a taxa de não resposta é muito mais baixa e, presumivelmente, a capacidade dos respondentes de entender e responder de forma correta é maior relativamente à pergunta sobre posicionamento ideológico.

⁵ A análise cobre os anos de 2002, 2010 e 2014, uma vez que o Eseb 2006 não incluiu esse tipo de questão.

Infelizmente, as questões presentes nos Esebs realizados em 2002, 2010 e 2014 não são as mesmas, com poucas exceções, o que prejudica a comparação. Para ter uma ideia da evolução das posições do eleitorado, utilizamos uma questão que foi repetida em 2010 e 2014, sobre redução de impostos e gastos públicos. Além disso, comparamos as respostas dadas a perguntas sobre intervenção do Estado na economia em 2002 e 2014. Em 2002 foram apresentadas várias questões sobre propriedade estatal em diversas áreas como telecomunicações e energia elétrica. Já em 2014 foi feita uma questão única. Para fins de comparação, calculamos a média das respostas às questões do Eseb 2002 (as escalas são as mesmas). Os resultados são apresentados na Tabela 1:

Tabela 1
Média e desvio-padrão das respostas dos eleitores a questões do Eseb sobre participação privada/estatal na economia e redução de gastos e impostos (1 - concorda muito / 5 - discorda muito), 2002, 2010 e 2014

	Deve haver menos participação estatal na economia		O governo deve reduzir gastos e impostos	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
2002	4.11	0.65	-	-
2010	-	-	3.47	1.55
2014	3.31	1.34	2.55	1.26

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados do Eseb.

A variação nas médias ao longo do tempo mostra que os eleitores se tornaram mais favoráveis a uma redução da propriedade estatal na economia e mais favoráveis à redução de gastos públicos e impostos. Entretanto, uma vez que as escalas variam de 1 a 5, sendo 1 o grau máximo de concordância e 3 o meio da escala, pode-se inferir que o eleitor médio adota posições moderadas, de centro-direita ou centro-esquerda.

A seguir, apresentamos um teste simples de diferença de médias das respostas às questões apresentadas na Tabela 1 e mais um conjunto adicional de perguntas realizadas em apenas um ou outro ano para os extremos da escala de partidatismo (tucano extremo x petista extremo). Incluímos perguntas sobre cotas raciais nas universidades, privatizações e redistribuição de renda. Infelizmente, as perguntas sobre redistribuição realizadas em 2010 e 2014 são muito diferentes entre si, o que exige certa cautela na comparação.

Tabela 2
Diferença de médias entre tucanos extremos e petistas extremos

	2002	2010	2014
Contra/a favor das cotas	-	-	***-0.43
Contra/a favor da redistribuição de renda	-	-0.15	-0.20
A favor/contra menos participação estatal na economia	***-0.18	-	-0.11
A favor/contra menos impostos e menos gastos	-	0.17	-0.18
A favor/contra privatizações	-	***-0.59	-

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.

Significância: *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.10$.

Congruentes com os resultados relativos ao posicionamento ideológico dos eleitores tucanos e petistas, os testes de diferenças de médias sugerem que não há polarização entre esses dois grupos sobre *issues* políticos. Na maior parte dos casos, as diferenças são pequenas e não apresentam significância estatística. Os únicos *issues* que parecem diferenciar petistas e tucanos são as cotas raciais nas universidades e a privatização. Mas, mesmo nesses casos, as diferenças entre as médias são de pequena magnitude.

E quanto aos eleitores antipetistas independentes? Não seria o seu crescimento em relação ao total do eleitorado evidência de maior polarização? Para testar essa hipótese, comparamos as médias de posicionamento ideológico dos independentes em relação aos tucanos moderados e extremos. Curiosamente, em todos os anos, as médias dos antipetistas independentes são mais baixas do que as médias atribuídas aos tucanos. Isso quer dizer que o primeiro grupo adota posições mais à esquerda do que os eleitores simpatizantes do PSDB. As diferenças entre independentes e tucanos extremos são estatisticamente significativas em todos os anos.

Tabela 3
Posicionamento ideológico médio para tucanos extremos, moderados e antipetistas independentes

	2002	2006	2010	2014
Tucano extremo	7.47	6.50	7.59	7.31
Tucano moderado	7.26	6.05	7.27	6.38
Antipetista independente	6.20	5.99	5.80	5.60

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.

Vale notar ainda que, ao longo do tempo, os antipetistas independentes se aproximam do centro da escala de posicionamento ideológico, movendo-se em direção à esquerda. Os dados de 2014 mostram que a maioria dos eleitores desse grupo, em torno de 30% do total, se posiciona exatamente no meio da escala ideológica. Os percentuais equivalentes são 18.7% e 11.9% para os petistas e tucanos extremos, respectivamente.

Realizamos testes adicionais comparando as respostas às perguntas presentes na Tabela 2 dadas por petistas extremos e antipetistas independentes e não encontramos significância estatística em nenhum dos casos, exceto no grau de apoio à privatização, que é um pouco maior no segundo grupo. As diferenças entre petistas e antipetistas independentes são ainda menos significativas do que aquelas observadas entre os petistas e os tucanos extremos. Mesmo em questões que dividem tucanos e petistas, a exemplo das cotas raciais, não é possível encontrar diferenças expressivas entre os antipetistas e os eleitores mais fortemente identificados com o PT⁶.

De modo geral, os resultados apresentados nesta seção refutam cabalmente a hipótese 2 (H2). Ou seja, não há evidências concretas relativas a um suposto aumento da polarização partidária nos últimos anos. Pelo contrário, as diferenças atitudinais entre petistas e tucanos são de pequena monta, e a distância ideológica entre os extremos da escala de partidatismo se reduziu ao longo do tempo. Além disso, não há evidências em favor da tese de que o crescimento do antipetismo estaria associado ao fortalecimento de uma suposta direita extremista. Cabe notar, ademais, que esses resultados são consistentes com as conclusões de Samuels e Zucco (2018) a partir de um conjunto mais amplo de fontes, que inclui, além das ondas do Eseb, pesquisas do Ibope e da Fundação Perseu Abramo. A análise dos autores demonstra que as diferenças de posicionamento ideológico entre petistas e antipetistas são mínimas. Além disso, o *status* socioeconômico e o nível educacional não distinguem claramente os dois grupos, o que também vai contra a hipótese de uma polarização baseada em diferenças de classe.

Modelos multivariados

Esta seção desenvolve uma série de modelos multivariados para estimação dos determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais. A variável dependente foi dividida em quatro categorias, sendo a categoria-base o voto em candidatos não filiados ao PT ou ao PSDB. As demais categorias são: voto branco/nulo (1); voto no PSDB (2); voto no PT (3). Estimamos modelos multinomiais *logit* para as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014, tendo como principais variáveis independentes as medidas de simpatia partidária pelo PT e pelo PSDB. Cada modelo tem duas variáveis ordinais – *partidário extremo* e *partidário moderado* – que dividem o eleitorado em três categorias: 0 para indiferente; -1 para tucano moderado/extremo; e +1 para petista moderado/extremo.

Para controlar possíveis efeitos do voto retrospectivo incluímos em todas as equações uma medida de avaliação dos últimos quatro anos de governo. A nossa expectativa é de que os candidatos governistas se beneficiem de uma boa avaliação, sendo

⁶ Por razões de espaço, não apresentamos nem discutimos em maior detalhe aqui esses resultados. As tabelas com as diferenças de médias das respostas dos eleitores petistas extremos e antipetistas independentes podem ser obtidas com os autores.

o oposto verdadeiro para candidatos de oposição. Conforme a hipótese 3 (H3), esperamos observar ao longo do tempo uma menor probabilidade de voto em terceiros candidatos entre os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB. Entretanto, uma vez que a eleição direta do chefe do Executivo favorece o voto pessoal, um dos fatores explicativos da força eleitoral de terceiros candidatos é o quanto estes são bem avaliados pelos eleitores. Assim, introduzimos como controle uma medida de avaliação dos candidatos com a terceira maior votação no 1º turno (*avaliação 3º candidato*). Em 2002, essa variável mede a avaliação de Anthony Garotinho e, em 2006, de Heloísa Helena; nos outros anos, a avaliação de Marina Silva.

Por fim, introduzimos vários controles para as características pessoais dos eleitores. Considerando que os evangélicos têm apresentado comportamento eleitoral distinto ante os demais eleitores e, além disso, tanto Garotinho quanto Marina Silva tiveram boa votação nesse segmento, incluímos uma *dummy* que assume valor 1 para os eleitores dessa orientação religiosa e valor 0 em todos os demais casos. Os controles restantes são os mesmos utilizados em larga medida em estudos de comportamento eleitoral: *dummy* para raça (branco=1; outros=0), escolaridade (escala ordinal retirada do Eseb), idade (variável escalar) e gênero (masculino=1; feminino=0).

A seguir apresentamos os resultados dos modelos multinomiais. Para facilitar a leitura das tabelas, incluímos apenas as equações estimadas para o voto nos candidatos do PT e do PSDB. As equações para a categoria voto nulo/branco podem ser consultadas no Anexo 2.

Tabela 4
Modelos de regressão multinomial para voto no PT/PSDB (base: voto em outros candidatos) no 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014

	2002		2006		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
Constante	0.487 (0.314)	***3.512 (0.000)	***5.798 (0.000)	***2.535 (0.032)	***4.516 (0.000)	***2.974 (0.000)	***2.202 (0.000)	***1.996 (0.000)
Avaliação 3º candidato	***-0.168 (0.000)	***-0.134 (0.000)	***-0.409 (0.000)	***-0.353 (0.000)	***-0.406 (0.000)	***-0.423 (0.000)	***-0.249 (0.000)	***-0.284 (0.000)
Avaliação do governo	***0.324 (0.000)	-0.020 (0.634)	*-0.450 (0.080)	***1.448 (0.000)	-0.012 (0.935)	***0.943 (0.000)	-0.050 (0.513)	***0.678 (0.000)
Partidário extremo	***-0.237 (0.231)	***1.387 (0.000)	** -1.441 (0.024)	0.915 (0.146)	***-1.320 (0.000)	***1.183 (0.000)	***-1.361 (0.000)	***0.932 (0.000)
Partidário moderado	***-0.325 (0.051)	***0.790 (0.000)	** -1.070 (0.015)	0.636 (0.121)	***-1.267 (0.000)	***0.762 (0.000)	***-0.962 (0.000)	***0.591 (0.000)
Homem	-0.154 (0.345)	0.086 (0.345)	-0.179 (0.626)	0.256 (0.626)	-0.147 (0.366)	-0.078 (0.366)	**0.352 (0.015)	**0.297 (0.015)
Idade	0.002 (0.668)	***-0.015 (0.001)	*-0.027 (0.054)	***-0.036 (0.006)	0.002 (0.715)	0.007 (0.210)	0.005 (0.350)	0.004 (0.476)
Escolaridade	** -0.210 (0.013)	***-0.327 (0.000)	-0.119 (0.213)	***-0.329 (0.000)	***-0.252 (0.000)	***-0.253 (0.000)	** -0.076 (0.049)	***-0.168 (0.000)
Branco	*0.307 (0.070)	**0.280 (0.045)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	*0.310 (0.059)	-0.110 (0.477)	**0.293 (0.048)	0.011 (0.938)
Evangélico	***-1.632 (0.000)	***-1.332 (0.000)	0.053 (0.910)	-0.386 (0.396)	***-0.586 (0.001)	***-0.882 (0.000)	***-0.770 (0.000)	***-0.783 (0.000)
N	1891		705		1813		2370	
-2LL	3286,55		1249,22		3001,81		4087,74	

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.

Significância: *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.10$.

Conforme o esperado, as variáveis que medem a intensidade dos sentimentos partidários possuem um efeito forte e estatisticamente significativo em todos os anos. Vale lembrar que os eleitores simpatizantes do PSDB recebem valor -1 na escala, enquanto simpatizantes do PT recebem valor +1. Com isso, os coeficientes positivos para as variáveis “partidário extremo” e “partidário moderado” nas equações do PT significam que os eleitores petistas possuem maior probabilidade de votar no candidato do partido. De forma análoga, os coeficientes negativos na equação do PSDB significam que, quando as variáveis assumem valor -1, o sinal dos coeficientes se inverte e, portanto, aumenta a probabilidade de voto nos candidatos do partido.

No caso das demais variáveis, cabe a interpretação convencional em modelos multinomiais. Coeficientes negativos indicam associação com a categoria-base. Por exemplo, os valores negativos para a medida de “escolaridade” indicam que, em todos os anos, eleitores com mais tempo de estudo apresentaram maior probabilidade de votar em candidatos outros que não são filiados ao PT e ao PSDB. Há duas interpretações não

excludentes para esse resultado. Uma primeira interpretação é que eleitores mais escolarizados possuem mais informação política, o que os tornaria mais propensos a adotar um voto estratégico em relação aos eleitores de menor escolaridade. Uma segunda interpretação é que alguns dos candidatos que concorreram contra o PT e o PSDB nos anos de 2002, 2010 e 2014 tiveram maior apelo entre os eleitores mais escolarizados. Esse parece ser o caso de Marina Silva em 2010 e 2014.

Considerando que a interpretação dos coeficientes de modelos com variáveis categóricas é bastante complexa, realizamos algumas simulações simples com o objetivo de determinar os impactos de mudanças na escala de partidarismo sobre a probabilidade de voto nos candidatos do PT e do PSDB. A Tabela 5 mostra o efeito de aumento na probabilidade de voto no candidato do PT quando nos movemos de um extremo ao outro das escalas de partidarismo extremo e moderado:

Tabela 5
Aumento na probabilidade de voto no candidato presidencial do PT para diferentes valores da escala de partidarismo, eleições de 2002, 2010 e 2014

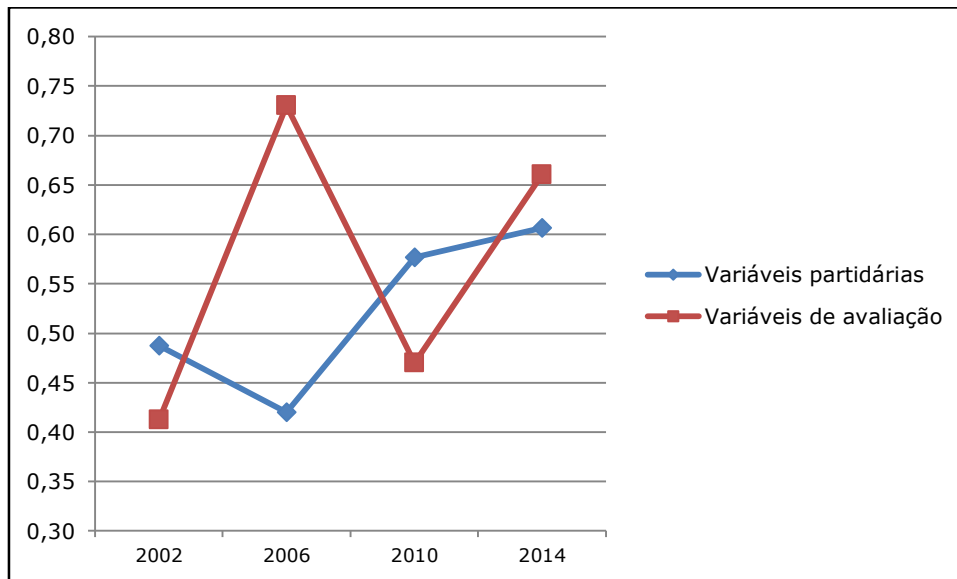
	2002	2010	2014
Tucano extremo => Petista extremo	0.62	0.76	0.68
Tucano moderado => Petista moderado	0.42	0.64	0.52

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.

Como se vê na Tabela 5, em todos os anos os eleitores petistas apresentaram maior probabilidade de voto em candidatos presidenciais do partido do que os tucanos. Como esperado, as maiores diferenças são aquelas calculadas para as probabilidades de voto para petistas e tucanos extremos. Em 2014, um eleitor petista extremo tinha uma probabilidade 68% maior de votar em Dilma Rousseff do que um eleitor tucano extremo. Já a diferença entre petistas e tucanos moderados era um pouco inferior, em torno de 52%.

Conforme a nossa terceira hipótese (H3), esperamos observar um aumento da capacidade explicativa das simpatias partidárias ao longo do tempo, em detrimento da capacidade explicativa de dimensões de curto prazo (variáveis de avaliação de governo e candidatos). Para testar essa hipótese, estimamos dois modelos adicionais. Um incluindo apenas as variáveis partidárias e outro incluindo apenas as medidas de avaliação. Em seguida, aplicamos o teste da razão de verossimilhança para determinar a melhoria no ajuste de cada um desses modelos em relação ao modelo nulo. Por fim, comparamos a redução na estatística -2LL obtida pelos modelos reduzidos em relação à redução obtida pelo modelo completo. Quanto mais alto o percentual obtido, maior é o poder explicativo das dimensões partidária e avaliativa isoladamente. A Figura 4 mostra a evolução da contribuição de cada uma dessas dimensões para o ajuste dos modelos:

Figura 4
Evolução da estatística de razão de verossimilhança (-2LL) das dimensões partidária e avaliativa para o ajuste dos modelos multivariados



Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

A Figura 4 mostra que o poder explicativo da nossa escala de sentimentos partidários cresce ao longo do tempo, porém o mesmo é verdade para as medidas de avaliação, cujo poder explicativo atinge o valor máximo em 2006. Ou seja, se, por um lado, é verdade que os sentimentos partidários ampliaram a sua capacidade de explicar o voto ao longo do tempo, por outro lado, isso não resultou em menor efeito dos fatores de curto prazo. A rigor, o que os resultados estatísticos mostram é que os efeitos das variáveis que mensuram características do eleitorado, incluindo escolaridade, raça, idade e gênero, se tornam menos relevantes ao longo do tempo, enquanto cresce o impacto das medidas de avaliação e de sentimentos partidários.

Para verificar em que medida o voto antipetista independente contribui para estruturar a competição pela presidência no primeiro turno, testamos uma série de modelos adicionais. Uma vez que os resultados obtidos para as variáveis de características do eleitorado são virtualmente idênticos àqueles já observados na Tabela 4, reportamos apenas os coeficientes para as dimensões partidárias e de avaliação. A Tabela 6 apresenta os resultados das equações para voto no PT e no PSDB. Os resultados para a categoria votos brancos/nulos podem ser consultados no Anexo 2.

Tabela 6
Modelos de regressão multinomial para voto no PT/PSDB incluindo a categoria antipetistas independentes (base: voto em outros candidatos) – 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014

	2002		2006		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
Constante	0.493 (0.318)	***3.903 (0.000)	***5.289 (0.000)	*2.740 (0.022)	***4.817 (0.000)	***3.475 (0.000)	***2.350 (0.000)	***2.327 (0.000)
Avaliação 3º candidato	***-0.167 (0.000)	***-0.158 (0.000)	***-0.397 (0.000)	***-0.363 (0.000)	***-0.420 (0.000)	***-0.451 (0.000)	***-0.254 (0.000)	***-0.299 (0.000)
Avaliação do governo	***0.326 (0.000)	-0.024 (0.567)	-0.353 (0.176)	***1.382 (0.000)	-0.051 (0.729)	***0.864 (0.000)	-0.062 (0.422)	***0.644 (0.000)
Partidário extremo	-0.282 (0.171)	***1.311 (0.000)	** -1.596 (0.012)	0.834 (0.177)	***-1.275 (0.000)	***1.114 (0.000)	***-1.303 (0.000)	***0.885 (0.000)
Partidário moderado	** -0.365 (0.035)	***0.719 (0.000)	***-1.192 (0.007)	0.561 (0.162)	***-1.266 (0.000)	***0.666 (0.000)	***-0.933 (0.000)	***0.561 (0.001)
Antipetista independente	-0.035 (0.861)	***-1.140 (0.861)	0.561 (0.626)	-0.137 (0.626)	***-0.759 (0.001)	***-1.217 (0.001)	-0.272 (0.120)	***-0.557 (0.120)
N	1891		705		1813		2370	
-2LL	3171,93		829,22		3001,81		4050,15	

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.

Significância: *** p<0.01; ** p<0.05; * p<0.10.

Conforme o esperado, os antipetistas apresentam menor probabilidade de voto nos candidatos do PT em relação a voto em outros candidatos. Porém, é interessante notar que esse segmento não apresenta maior propensão a votar nos candidatos do PSDB. No único ano em que o coeficiente para a equação do PSDB obteve significância estatística (2010), o sinal é negativo. Isso quer dizer que naquele ano os antipetistas independentes rejeitaram tanto os candidatos do PSDB quanto os do PT, votando em outros candidatos.

A Tabela 7 mostra as diferenças de probabilidade de voto entre antipetistas independentes e indiferentes para todas as categorias da variável dependente (voto no PT/PSDB/outros/branco ou nulo). Os resultados mostram que os independentes apresentam maior probabilidade de votar branco ou nulo ou de escolher um terceiro candidato não filiado ao PT ou ao PSDB:

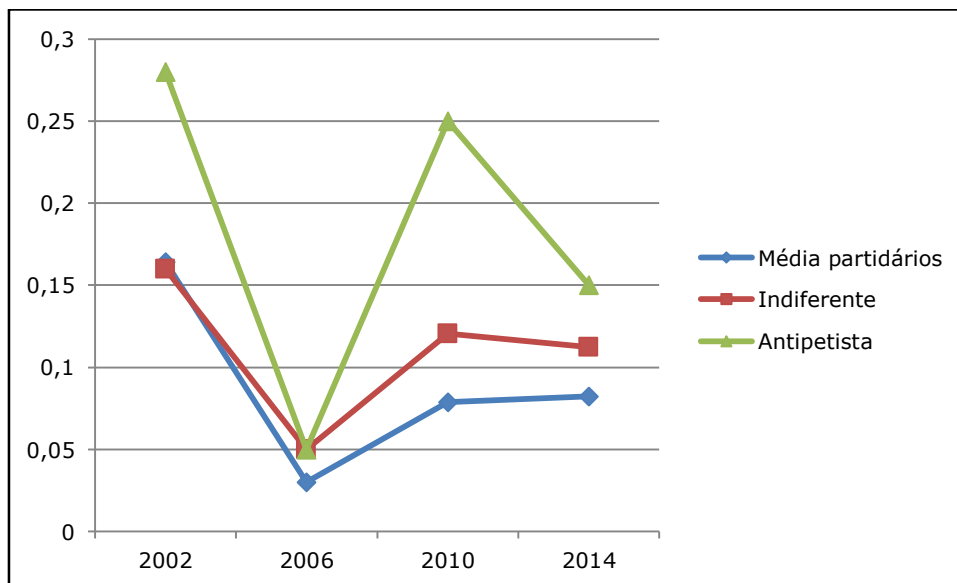
Tabela 7
Probabilidade prevista de voto no PT/PSDB/outros candidatos/
branco ou nulo, antipetistas independentes x indiferentes, 1º turno
eleições presidenciais, 2002-2014

	2002	2006	2010	2014
PT	***-0.12	***-0.14	***-0.19	***-0.11
PSDB	0.01	***0.11	0	0.01
outros	***0.06	***0.03	***0.13	**0.04
Voto branco ou nulo	**0.04	0.00	***0.05	***0.06

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Esebs.
 Significância: *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.10$.

Para testar a nossa terceira hipótese (H3), de que haveria ao longo do tempo um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos entre simpatizantes do PT e do PSDB, apresentamos um gráfico que mostra a evolução das médias de probabilidade de voto para eleitores partidários, indiferentes e antipetistas independentes:

Figura 5
Médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos entre partidários do PT
e PSDB, indiferentes e antipetistas independentes



Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

De fato, ao longo do tempo os eleitores tucanos e petistas apresentam, na média, menor probabilidade de votar em candidatos outros que não os filiados aos partidos de sua preferência. Vale ressaltar, porém, que essa redução se deve basicamente ao comportamento dos eleitores tucanos. Em 2002, a probabilidade de um tucano extremo

ou moderado votar em um terceiro candidato era de cerca de 30%; esse percentual caiu para 11% na eleição seguinte. Já os eleitores petistas apresentam essa probabilidade muito baixa em todas as eleições, nunca ultrapassando 12%.

Curiosamente, a curva dos eleitores indiferentes acompanha em alguma medida as médias de probabilidade dos eleitores partidários. Uma possível explicação para isso é o fato de que, em todas as eleições, sem exceção, o grupo dos indiferentes se dividiu entre os candidatos do PT, do PSDB e do terceiro partido mais votado, conferindo vantagem sempre aos postulantes do PT. Em todas as eleições analisadas, os candidatos petistas obtiveram a maioria relativa dos votos dentro desse grupo, dividindo o restante das suas preferências entre o PSDB e o representante ou representantes da "terceira via". Aparentemente, o eleitor indiferente parece recompensar candidatos de governos bem avaliados, a exemplo de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, e punir aqueles que representam governos não tão bem avaliados assim (e.g., José Serra em 2002), fragmentando seus votos entre as alternativas disponíveis de candidatos de oposição.

Já os eleitores antipetistas independentes apresentam as maiores médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos, o que significa que esses eleitores não só rejeitam o Partido dos Trabalhadores como também não encontram o PSDB como uma alternativa ao PT (com a única exceção de 2006) e, assim, tendem a votar na terceira opção disponível no pleito eleitoral, sobretudo em 2010 e 2014, em que as diferenças de probabilidades entre os dois grupos são maiores (ver Tabela 7). Cabe ressaltar que em praticamente todos os anos analisados os candidatos eleitoralmente relevantes não filiados ao PT ou ao PSDB tinham perfil de esquerda ou centro-esquerda, a exemplo de Ciro Gomes e Garotinho em 2002, e Marina Silva em 2010 e 2014. Em resumo, o apoio dos antipetistas independentes a candidaturas de centro-esquerda é mais uma evidência que contraria as teses que associam o antipetismo ao crescimento da direita.

Como esperado, os eleitores partidários sempre apresentam as menores médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos, isto é, são os eleitores que mais votam na dualidade PT-PSDB de acordo com seu partidarismo. Portanto, confirmamos a terceira e última hipótese (H3): no período em análise houve um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos no 1º turno entre os eleitores tucanos e petistas, relativamente aos eleitores não identificados com esses dois partidos.

Conclusão

Com base em evidências observacionais e pesquisas recentes na política brasileira, submetemos ao teste empírico hipóteses presentes na literatura que apontam para um crescimento da polarização partidária do eleitorado, alimentada pela estrutura da competição presidencial. Demonstramos a fragilidade empírica dessas hipóteses, especialmente no que diz respeito a um suposto crescimento da direita entre o eleitorado.

Além disso, ao contrário do que se supõe, a maioria dos indivíduos está do mesmo lado sobre temas políticos.

A polarização partidária entre as elites pode influenciar a saliência de temas políticos no público de massa, o que, por sua vez, influencia a importância dos temas políticos e do partidarismo nos sistemas de crença dos cidadãos ordinários. Porém, esse não é certamente o caso do Brasil, uma vez que a distância ideológica entre as bancadas dos partidos no Congresso se reduziu ao longo do tempo (Zucco, 2012). Ademais, a polarização no Brasil está limitada a um subconjunto do público, em grande parte constituído por partidários fortes que estão cientes das diferenças entre PT e PSDB.

A evolução do posicionamento ideológico dos eleitores petistas, tucanos e antipetistas independentes demonstra, em primeiro lugar, uma crescente convergência ideológica do eleitorado, provavelmente em razão do movimento do PT em direção ao centro do espectro político. Em segundo lugar, e contrariamente à hipótese de uma associação entre o antipetismo e o crescimento da direita, observamos que o eleitorado antipetista é bastante heterogêneo, não apresentando perfil ideológico claro. Em particular, o grupo de antipetistas independentes se diferencia ainda menos dos petistas do que os eleitores que apresentam simpatias mais intensas pelo PSDB. Em outras palavras, o crescimento do antipetismo parece estar mais relacionado a avaliações negativas de parte do eleitorado com respeito aos governos do PT – o que, por sua vez, impacta diretamente a reputação do partido – do que propriamente a um crescimento de uma direita conservadora e extremista, como suposto por Couto (2014).

Como último ponto, cabe ressaltar que, se, por um lado, as evidências apresentadas neste artigo comprovam que as simpatias partidárias são fator explicativo importante do comportamento eleitoral (como encontram Braga e Pimentel Jr., 2011; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, 2016), por outro lado, não cabe falar em consolidação do sistema partidário presidencial no eleitorado. O crescimento do grupo de eleitores antipetistas independentes ao mesmo tempo em que se manteve em patamares elevados no período em análise o percentual de votantes indiferentes sugere, ao contrário, que parte expressiva dos eleitores brasileiros não apresenta disposição em apoiar de forma consistente nenhum dos dois principais partidos na arena presidencial. De fato, os antipetistas independentes são o segmento com maior tendência a apoiar terceiros candidatos no 1º turno, buscando alternativas ao PT fora do campo peessedebista. Além disso, dada a relevância numérica do grupo de indiferentes, que nas últimas eleições se dividiu entre o PT, o PSDB e a “terceira via” (porém com clara vantagem para os petistas), é evidente que nenhum candidato presidencial pode pensar seriamente em vitória sem conseguir o apoio desse segmento do eleitorado. Nesse sentido, conforme já notado por vários outros autores (Borges, 2015; Borges e Lloyd, 2016; Cortez, 2009; Limongi e Guarnieri, 2014), a predominância do PT e do PSDB na arena presidencial resulta

provavelmente menos do enraizamento desses partidos no eleitorado e mais da capacidade dessas organizações de coordenar de forma eficiente alianças nacionais e subnacionais.

Os céticos poderão argumentar que nossa análise não permite entender o fenômeno Bolsonaro, candidato de extrema-direita que aparece agora (dezembro de 2017) com cerca de 15% nas pesquisas de intenção de voto para presidente em 2018. Sobre isso, cabe notar que pesquisas realizadas com tanta antecedência têm capacidade preditiva limitada. Não há como saber se a votação de Bolsonaro reflete, de fato, um crescimento do eleitorado conservador ou se se trata apenas de resultado conjuntural da fragmentação da centro-direita e da ausência de um candidato tucano sólido. Por fim, só se pode falar em polarização quando se verifica crescimento dos eleitores posicionados em ambos os extremos do espectro ideológico e redução concomitante da viabilidade eleitoral de candidaturas centristas. Essa hipótese nos parece extremamente improvável e, certamente, não pode ser corroborada a partir das pesquisas eleitorais lançadas no momento em que escrevemos este artigo.

As evidências que apresentamos demonstram, de fato, que o segmento majoritário de eleitores indiferentes não apresenta perfil ideológico claramente diferenciado, o que cria incentivos para que os candidatos à presidência busquem evitar a adoção de posições extremas ou controversas, construindo amplas e heterogêneas alianças eleitorais que resultam na diluição dos apelos ideológicos. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao grupo de eleitores antipetistas independentes: ainda que rejeitem o PT, esse grupo não se diferencia significativamente dos simpatizantes do partido. Em resumo, em combinação com o sistema de dois turnos, que induz fortemente os partidos a mobilizar o eleitor mediano, desfavorecendo candidaturas extremistas, a distribuição das preferências do eleitorado brasileiro torna improvável um cenário de aumento da polarização partidária nos próximos anos, não obstante os diagnósticos (equivocados) a respeito do crescimento do eleitorado de extrema-direita no Brasil.

André Borges – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Goiás, Brasil. E-mail: <andrebc@unb.br>.

Robert Vidigal – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Goiás, Brasil. E-mail: <robertleehc@gmail.com>.

Referências bibliográficas

ACHEN, C. H. "Social psychology, demographic variables, and linear regression: breaking the iron triangle in voting research". *Political Behavior*, vol. 14, p. 195-211, 1992.

ALVAREZ, M. R. "The puzzle of party identification – dimensionality of an important concept". *American Politics Quarterly*, vol. 18, p. 476-474, 1990.

BAKER, A., et al. "The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the Workers Party in Brazil". *The Journal of Politics*, vol. 78, nº 1, 2016.

BATISTA, F. "Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 22, nº 50, 2014.

BARTELS, L. M. "Partisanship and voting behavior, 1952-1996". *American Journal of Political Science*, vol. 44, p. 35-50, 2000.

BORGES, A. "Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão". *Dados*, vol. 58, nº 3, p. 239-274, 2015.

BORGES, A.; LLOYD, R. "Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: comparative lessons from Brazil". *Electoral Studies*, vol. 46, 2016.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 271-303, 2011.

BREWER, M. B. Intergroup relations. In: BAUMEISTER, R. F.; FINKEL, E. J. (eds.). *Advanced social psychology*. Oxford, UK: Oxford University Press, p. 535-551, 2010.

CABELLO, A.; RENNÓ, L. "As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 74, 2010.

CAMPBELL, A., et al. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.

CARMINES, E.; STIMSON, J. *Issue evolution: race and the transformation of American politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.

CARREIRÃO, Y. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial em 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007.

_____. "O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente". *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 14, p. 255-275, 2014.

CARREIRÃO, Y.; BARBETTA, P. A. "A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 56, p. 75-93, 2004.

CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. D. A. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, vol. 47, nº 1, p. 131-168, 2004.

CORTEZ, R. "Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro". Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2009.

COUTO, C. G. "Novas eleições críticas?". *Em Debate*, vol. 6, p. 17-24, 2014.

DOWNS, A. D. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2002-2014 (Banco de dados). In: Consórcio de Informações Sociais.

FIORINA, M. P. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. "Political polarization in the American public". *Annual Review of Political Science*, vol. 11, p. 563-588, 2008.

GREEN, D. P.; PALMQUIST, B.; SCHICKLER, E. *Partisan hearts and minds: political parties and the social identities of voters*. New Haven: Yale University Press, 2002.

HILL, S. J.; TAUSANOVITCH, C. "A disconnect in representation? Comparison of trends in congressional and public polarization". *The Journal of Politics*, vol. 77, nº 4, p. 1.058-1.075, 2015.

HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 283-306, 2007.

HUDDY, L. "From social to political identity: a critical examination of social identity theory". *Political Psychology*, vol. 22, nº 1, p. 127-156, 2001.

HUDDY, L.; MASON, L.; AARØE, L. "Expressive partisanship: campaign involvement, political emotion, and partisan identity". *American Political Science Review*, vol. 109, p. 1-17, 2015.

HUNTER, W.; POWER, T. J. "Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics and Society*, vol. 49, nº 1, p. 1-30, 2007.

KEY, V. O. "A theory of critical elections". *The Journal of Politics*, vol. 17, nº 1, p. 3-18, 1955.

KINZO, M. D. A. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, 2005.

LAYMAN, G. *The great divide: religious and cultural conflict in American party politics*. New York: Columbia University Press, 2001.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 88, p. 21-37, 2010.

LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. "A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 99, p. 5-24, 2014.

LUPU, N. "Party brands and partisanship: theory with evidence from a survey experiment in Argentina". *American Journal of Political Science*, vol. 57, nº 1, p. 49-64, 2013.

_____. "Brand dilution and the breakdown of political parties in Latin America". *World Politics*, vol. 66, nº 4, p. 561-602, 2014.

MEDEIROS, M.; NOÊL, A. "The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies". *Comparative Political Studies*, vol. 47, nº 7, p. 1.022-1.046, 2014.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. "Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil". *Dados*, vol. 55, nº 1, p. 71-117, 2012.

MILKIS, S. M.; RHODES, J. H. "George W. Bush, the Republican Party, and the 'new' American party system". *Perspectives on Politics*, vol. 5, nº 3, p. 461-488, 2007.

NICHOLSON, S. P. "Polarizing cues". *American Journal of Political Science*, vol. 56, nº 1, p. 52-66, 2012.

- NICOLAU, J. "Vermelhos e Azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010)". *Anais do IX Encontro da ABCP*. Brasília, DF, 2014.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. "Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro". *Opinião Pública*, vol. 21, nº 3, dez. 2015.
- PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. "O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 3, p. 638-674, 2016.
- PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 304-332, 2011.
- REIS, F. W. "Eleição de 2014: 'país dividido' e questão social". *Em Debate*, vol. 6, p. 8-1, 2014.
- RENNÓ, L. R. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 260-282, 2007.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 333-368, 2011.
- _____. "Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 3, 2016.
- ROSE, R.; MISHLER, W. "Negative and positive party identification in post-communist countries". *Electoral Studies*, vol. 17, nº 2, p. 217-234, 1998.
- SAMUELS, D. "A evolução do petismo (2002-2008)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 302-318, 2008.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. "The power of partisanship in Brazil: evidence from survey experiments". *American Journal of Political Science*, vol. 58, nº 1, p. 212-225, 2014.
- _____. Partisans, anti-partisans and voter behavior in Brazil. In: AMES, B. (ed.). *Handbook of Brazilian Politics*. New York/London: Routledge, 2018 (no prelo).
- SCHATTSCHEIDER, E. *The semisovereign people*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1960.
- SINGER, A. "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 85, p. 83-102, 2009.
- _____. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 269-301, 2008.
- SPECK, B. W.; BALBACHEVSKY, E. "Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e pessedebistas". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, dez. 2016.
- SPECK, B.; BRAGA, M. S.; COSTA, V. "Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 125-148, 2015.
- SUNDQUIST, J. L. *Dynamics of the party system: alignment and realignment of political parties in the United States*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2011.

TAJFEL, H. "Social identity and intergroup behaviour". *Social Science Information*, vol. 13, p. 65-93, 1974.

_____. *Human groups and social categories: studies in social psychology*. CUP Archive, 1981.

VALE, H. F. "Territorial polarization in Brazil's 2014 presidential elections". *Regional & Federal Studies*, vol. 25, nº 3, p. 297-311, 2015.

ZUCCO, C. "The president's 'new' Constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections". *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, p. 29-49, 2008.

_____. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO, C. (eds.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Anexo 1

Eseb

O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) é um survey pós-eleitoral que se iniciou em 2002; as demais ondas foram realizadas em 2006, 2010 e a mais recente em 2014. O Eseb integra o consórcio internacional Comparative Studies of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan, contendo em todas as edições um módulo comum aos integrantes do projeto bem como um conjunto de questões definidas e elaboradas por pesquisadores brasileiros. O Eseb é coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas.

Em 2002, a amostra nacional de dados foi coletada entre 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002. Em 2006, as entrevistas foram realizadas entre 17 e 27 de dezembro de 2006. Em 2010, os dados foram coletados entre 4 e 20 de novembro de 2010. Em 2014, o trabalho de campo foi realizado no período compreendido entre 1º e 19 de novembro de 2014.

Operacionalização da variável de identidade partidária

Foram usadas as respostas às seguintes questões dos Esebs 2002, 2006, 2010 e 2014, para construir a nossa variável de identificação partidária.

Identificação PT (v53)

Identificação PSDB (v57)

Calcula-se a diferença absoluta entre as duas identificações (diffPTPSDB)
`eseb$diffPTPSDB<-abs(eseb$PTID-eseb$PSDBID)`.

Então classificam-se os eleitores:

(i) Partidários

`eseb$partidario<-ifelse(eseb2010$diffPTPSDB>6,1,0)`

`eseb$partidario2<-ifelse(eseb$PSDBID>eseb2010$PTID,-1*eseb$partidario,eseb$partidario)`

(ii) Moderados

```
eseb$moderado<-as.numeric(eseb$diffPTPSDB==4 |
                        eseb$diffPTPSDB==5 |
                        eseb$diffPTPSDB==6)
eseb$moderado2 <- ifelse(eseb$PSDBID>eseb$PTID,-1*eseb$moderado,eseb$moderado)
```

(iii) Indiferentes

```
eseb$indiferente<-ifelse(eseb$partidario+eseb$moderado==0,1,0)
```

Cria-se a variável final de identificação partidária

```
eseb$idpart<-eseb$partidario2*2+eseb$moderado2*1+eseb$indiferente*0
```

Perguntas utilizadas – Tabela 1

Eseb 2002

Para comparação com a questão dos anos seguintes (intervenção governamental na economia) foi calculada uma média das respostas a essas 5 perguntas.

Opinião sobre quem deve administrar a energia elétrica.

Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone fixo.

Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone celular.

Opinião sobre quem deve administrar os bancos.

Opinião sobre quem deve administrar a fabricação de carros.

Eseb 2010

O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir os impostos.

Eseb 2014

Deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio.

Para reduzir os impostos o governo deve limitar os gastos com serviços públicos.

Perguntas utilizadas – Tabela 2

Eseb 2002

Para comparação com a questão dos anos seguintes (intervenção governamental na economia) foi calculada uma média das respostas a essas 5 perguntas.

Opinião sobre quem deve administrar a energia elétrica.

Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone fixo.

Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone celular.

Opinião sobre quem deve administrar os bancos.

Opinião sobre quem deve administrar a fabricação de carros.

Eseb 2010

(i) Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres.

(ii) O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir os impostos.

(iii) A privatização das empresas estatais foi boa para o país.

Eseb 2014

(i) As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência.

(ii) A renda deve ser distribuída de forma mais igualitária.

(iii) Deveria haver maior participação do governo na indústria e no comércio.

(iv) Para reduzir os impostos o governo deve limitar os gastos com serviços públicos.

Anexo 2

Tabela A1
Regressão multinomial para voto branco/nulo (base: voto em outros candidatos) no
1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014 (continuação da Tabela 4)

	2002	2006	2010	2014
Constante	1.381 (0.109)	2.535 (0.032)	**2.342 (0.016)	***2.663 (0.000)
Avaliação 3º candidato	***-0.324 (0.000)	***-0.353 (0.000)	***-0.509 (0.000)	***-0.425 (0.000)
Avaliação do governo	*-0.202 (0.054)	***1.448 (0.000)	-0.116 (0.660)	***-0.483 (0.000)
Partidário extremo	0.214 (0.579)	0.915 (0.146)	-0.001 (0.998)	**0.696 (0.035)
Partidário moderado	0.113 (0.742)	0.636 (0.121)	0.233 (0.481)	0.299 (0.236)
Homem	-0.380 (0.861)	0.256 (0.861)	-0.395 (0.861)	0.270 (0.861)
Idade	-0.011 (0.313)	***-0.036 (0.006)	0.009 (0.398)	0.001 (0.931)
Escolaridade	** -0.297 (0.076)	***-0.329 (0.000)	*-0.133 (0.080)	** -0.117 (0.044)
Branco	**0.641 (0.066)	- -	0.263 (0.398)	-0.067 (0.772)
Evangélico	** -1.359 (0.013)	-0.386 (0.396)	-0.336 (0.328)	***-0.700 (0.006)
N	1891	705	1813	2370
-2LL	3286,55	1249,22	3001,81	4087,74

Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

Significância: *** p<0.01; ** p<0.05; * p<0.10

Tabela A2
Regressão multinomial para voto branco/nulo incluindo a categoria antipetistas independentes (base: voto em outros candidatos) – 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014 (continuação da tabela 6)

	2002	2006	2010	2014
Constante	1.188 (0.186)	2.443 (0.182)	1.882 (0.065)	1.971 (2.350)
Avaliação 3º candidato	***-0.304 (0.000)	***-0.401 (0.000)	***-0.470 (0.000)	-0.379 (-0.254)
Avaliação do governo	*-0.188 (0.074)	-0.435 (0.306)	-0.036 (0.892)	*-0.393 (-0.062)
Partidário extremo	0.286 (0.517)	0.056 (0.971)	0.055 (0.907)	0.821 (-1.303)
Partidário moderado	0.173 (0.658)	-0.928 (0.345)	0.390 (0.290)	0.323 (-0.933)
Antipetista independente	0.451 (0.861)	**1.595 (0.626)	0.330 (0.626)	0.721 (0.626)
N	1891	705	1813	2370
-2LL	3171,93	829,22	3001,81	4050,15

Fonte: Eseb 2002-2014.

Significância: *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.10$.

Resumo

Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras

O debate recente sobre identificação partidária e comportamento eleitoral no Brasil vem apontando para a crescente importância do posicionamento dos eleitores com respeito aos principais partidos presidenciais – PT e PSDB – na escolha dos candidatos à presidência. Neste artigo, procura-se contribuir para a literatura colocando em questionamento diagnósticos recentes com respeito à polarização do sistema partidário presidencial. De acordo com a hipótese da polarização, a competição eleitoral entre PT e PSDB levou a uma crescente divisão do eleitorado em dois blocos claramente diferenciados e polarizados. Argumentamos que esta hipótese se apoia em bases teóricas e empíricas frágeis. Não obstante a crescente importância dos sentimentos partidários na determinação do comportamento dos eleitores no pleito presidencial, os resultados das análises descritivas e modelos estatísticos multivariados com base nos *surveys* do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) realizados nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 demonstram que não há evidências de que tal movimento estaria associado a um aumento da polarização partidária de massa. Pelo contrário, observamos que as diferenças ideológicas e de opinião entre petistas e tucanos são de pequena monta e, além disso, encontramos evidências de uma crescente convergência ideológica entre os vários segmentos do eleitorado ao longo do tempo.

Palavras-chave: polarização; identificação partidária; comportamento eleitoral; comportamento político; antipetismo

Abstract

From lulismo to antipetismo? Polarization, partisanship, and electoral behavior in Brazilian presidential elections

Current debates on partisanship and electoral behavior in Brazil have pointed to the growing effect of voters' party feelings toward the two major presidential parties—PT and PSDB—on presidential vote choice. This article contributes to the literature by casting doubt on recent analyses of party polarization in presidential elections. According to the polarization hypothesis, electoral competition between the PT and the PSDB has led to a growing differentiation among the electorate into two clearly separated and polarized blocs. Nevertheless, we claim that this hypothesis lies on fragile theoretical and empirical foundations. Despite the growing importance of partisan feelings in the explanation of voting behavior in presidential elections, our descriptive and multivariate analyses utilizing the 2002, 2006, 2010, and 2014 ESEB surveys demonstrate that these trends are clearly not associated with an increase in mass polarization. We observe, instead, that ideological differences between *tucanos* and *petistas* are rather minimal. Finally, we also find that ideological convergence between the various subgroups of the electorate has grown over time.

Keywords: polarization; party identification; electoral behavior; political behavior; *antipetismo*

Resumen

¿Del lulismo al antipetismo? Polarización, partidismo y comportamiento electoral en las elecciones presidenciales brasileñas

Los debates actuales sobre el partidismo y el comportamiento electoral en Brasil han señalado el creciente efecto de los sentimientos del partido de los votantes en los dos principales partidos presidenciales, el PT y el PSDB, en las elecciones presidenciales. Este artículo contribuye a la literatura poniendo en duda los análisis recientes de la polarización partidista en las elecciones presidenciales. De acuerdo con la hipótesis de la polarización, la competición electoral entre el PT y el PSDB ha llevado a una creciente diferenciación del electorado en dos bloques claramente separados y polarizados. Sin embargo, afirmamos que esta hipótesis se basa en fundamentos teóricos y empíricos frágiles. A pesar de la creciente importancia de los sentimientos partidistas en la explicación del comportamiento electoral en las elecciones presidenciales, nuestros análisis descriptivos y multivariados que utilizan las encuestas ESEB de 2002, 2006, 2010 y 2014 demuestran que estas tendencias claramente no están asociadas con un aumento de la polarización masiva. Observamos, en cambio, que las diferencias ideológicas entre *tucanos* y *petistas* son en realidad pequeñas. Finalmente, también encontramos que la convergencia ideológica entre los diversos subgrupos del electorado ha crecido con el tiempo.

Palabras clave: polarización; identificación partidista; comportamiento electoral; comportamiento político; *antipetismo*

Résumé

Du lulismo à l'antipetismo? Polarisation, esprit de parti et comportement électoral lors des élections présidentielles brésiliennes

Les débats actuels sur l'esprit de parti et le comportement électoral au Brésil ont montré l'effet croissant du sentiment de parti des électeurs pour les deux principaux partis présidentiels - PT et PSDB - sur le choix du vote présidentiel. Cet article vient en appui à la littérature en questionnant les analyses récentes de la polarisation des partis lors des élections présidentielles. Selon l'hypothèse de polarisation, la concurrence électorale entre le PT et le PSDB a conduit à une différenciation croissante de l'électorat en deux blocs nettement séparés et polarisés. Néanmoins, nous prétendons que cette hypothèse repose sur des fondements théoriques et empiriques fragiles. Malgré l'importance

croissante des sentiments partisans dans l'explication du comportement électoral lors des élections présidentielles, nos analyses descriptives et multivariées utilisant les enquêtes ESEB 2002, 2006, 2010 et 2014 démontrent que ces tendances ne sont pas associées à une augmentation de la polarisation de masse. Nous observons plutôt que les différences idéologiques entre les *tucanos* et les *petistas* sont assez minimales. Enfin, nous constatons également que la convergence idéologique entre les différents sous-groupes de l'électorat a augmenté au fil du temps.

Mots-clés: polarisation; esprit de parti; comportement électoral; comportement politique; *antipetismo*

Artigo submetido à publicação em 19 de abril de 2017.

Versão final aprovada em 2 de fevereiro de 2018.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.

